

PROCESSO IBAMA 02022.003208/2006-51

Linha de Ação A
Projeto Redes de Cidadania
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE
JACARAÍPE



Setembro de 2021

E&P



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO



REDES
DE
CIDADANIA



PETROBRAS

Linha de Ação A

Projeto Redes de Cidadania

DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE

JACARAÍPE

Setembro de 2021



PETROBRAS



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPIRITO SANTO

E&P

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D537 Diagnóstico da comunidade de Jacaraípe / Giovanilton André Carretta Ferreira, Augusto Cesar Salomão Mozine, Viviane Mozine Rodrigues, [coordenação] - Vila Velha : SEGEX, 2021.

68p. : il. (Coleção Redes de Cidadania)

Publicação digitalizada – PDF.

Linha de ação A.

Projeto Redes de Cidadania.

ISBN: 978-65-996086-1-2

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal – Serra (ES). 3. Política social. 4. Cultura popular. I. Ferreira, Giovanilton André Carretta. II. Mozine, Augusto Cesar Salomão. III. Rodrigues, Viviane Mozine. IV. Título. V. Série.

CDD 363.70071

A Coleção Redes de Cidadania foi financiada pelo PEA-Redes de Cidadania, que integra o Programa de Educação Ambiental regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01 de 2010, sendo caracterizado como medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama e formalizado por meio do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Universidade Vila Velha UVV-ES e a Petrobras.

Realização:

Universidade Vila Velha

Convênio:

Petrobras

Reitor:

Heraclito Amancio Pereira Junior

Petrobras:

**Unidade de Negócios do Espírito Santo -
UN-ES**

Vice-reitor:

Rafael da Silva Galveas Oliveira

Gerente Setorial de Pós Licença e
Conformidade Ambiental para Atividades
de E&P em Águas Profundas:

Cristina Guerreiro de Meneses

Pró-reitora Acadêmica:

Leda Maria Couto Nogueira

Equipe Técnica de Socioeconomia:

Gisele Medice Roriz Milanezi

Pró-reitora de Pós-graduação Pesquisa e

Extensão:

Denise Coutinho Endringer

Nelson Orasmo Filho

**Angélica Gering Gabrecht Oliveira (ACV
Tecline)**

Superintendente:

Edson Franco Imaginário

Fabiana Florentino Morini (ACV Tecline)

**Grupo de Pesquisa em Ecologia Política
e Governança Ambiental-EcoPol
PEA-Redes de Cidadania**

Coordenadora Geral:

Viviane Mozine Rodrigues

Coordenador Institucional:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Assessoria Pedagógica:

George Bassul Areias

Assessoria de Produção de Conteúdo

Renata Cristina Pinto Pazzini

Gerência de Campo:

Rosangela Pinto Rezende Sette

Coleção Científica Redes de Cidadania

Conselho Científico:

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Universidade de São Paulo)	Gilton Luís Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo)
Augusto Cesar Salomão Mozine (Universidade Vila Velha)	Giovanilton André Carretta Ferreira (Universidade Vila Velha)
Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Lucia Maria Machado Bógus (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
David Baião Nemer (University of Virginia)	Luiz Fernando Oliveira Fontes (Universidade do Minho)
Elaine Harada Teixeira (Universidade Federal do Amazonas)	Manuela Vieira Blanc (Universidade Federal do Espírito Santo)
Elisa Antônia Ribeiro (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)	Maria Manuela dos Reis Martins (Universidade do Minho)
Flavia Donadelli (Victoria University of Wellington)	Maria do Carmo Franco Ribeiro (Universidade do Minho)
Fernanda Magalhães (Universidade do Minho)	Renan Lubanco Assis (Universidade Vila Velha)
Jorge da Silva Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)	Tatiana Walter (Universidade Federal do Rio Grande)
José Luiz Gonçalves Moreira da Silva Zêzere (Universidade de Lisboa)	Tiago Miguel D'Ávila Martins Freitas (EASME-European Commission)
José Manuel Mendes (Universidade de Coimbra)	Thiago Silva Soares (Herpeto Capixaba)
Geraldo Márcio Timóteo (Universidade Estadual do Norte Fluminense)	Viviane Mozine Rodrigues (Universidade Vila Velha)

Conselho Técnico:

Maria Angela Rosa Soares
Renata Cristina Pinto Pazzini
Vinicius Francisco Marchese

Secretaria Executiva:

Daniel Lopes Celante

Responsáveis Técnicos:

Coordenação:

Giovanilton André Carretta Ferreira

Augusto Cesar Salomão Mozine

Viviane Mozine Rodrigues

Pesquisadores:

Renan Lubanco Assis

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Técnicos:

Yasmin Fernandes Sales dos Santos

Carolina Erler Mozzer

Katrinny de Mello Anjos

Rafael Moulin Pimenta

Revisão:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Diagramação:

Roberto Cabral Junior

Maria Angela Rosa Soares

Imagens/Arte:

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Rafael Moulin Pimenta

Apoio:

Daniel Lopes Celante

Giulliano da Silva Costa

Pauliana Pereira da Silva

Rafael Rebeque de Brito Grijó Rosa

Victor Dorsh Vieira

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	9
II	METODOLOGIA	15
III	RACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA	20
III.1	Localização e acesso à comunidade	20
III.2	Instituições representativas da pesca	22
III.3	Locais de embarque e desembarque pesqueiro	23
IV	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA	23
IV.1	Áreas de atuação da atividade pesqueira	24
IV.2	Carreira da pesca.....	25
IV.3	Características das embarcações	26
IV.4	Técnicas e petrechos de pesca	28
V	ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS	28
V.1	Histórico de formação e evolução urbana/territorial	29
V.2	Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira.....	38
V.3	Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira	38
VI	ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE	41
VI.1	Caracterização sociocultural	41
VI.2	Principais Patrimônios culturais	43
VII	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA	47
VIII	REFERÊNCIAS	50
IX	APÊNDICES	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Jacaraípe, Serra	20
Figura 2 - Ponte arqueada sobre a foz do rio Jacaraípe	21
Figura 3 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Jacaraípe, Serra .	22
Figura 4 - Área de atracadouro dos barcos em ambas as margens do rio Jacaraípe.....	23
Figura 5 - Barco pequeno boca aberta	26
Figura 6 - Barco médio e barco pequeno	27
Figura 7 - Barco grande com guincho	27
Figura 8 - Imagem aérea, em 1984 a esquerda e 1995 a direita.....	30
Figura 9 - Imagem aérea, em 2005 a esquerda e 2015 a direita.....	31
Figura 10 - Condições das calçadas na região de Jacaraípe.....	31
Figura 11 - Imagem de residência de alto padrão	33
Figura 12 - Mudança de localização comercial.....	34
Figura 13 - Equipamentos urbanos no ED 01. Ponto dos pescadores – à esquerda – e Praça Encontro das Águas – à direita	35
Figura 14 - Edificação abandonada. Av. Nossa Senhora dos Navegantes	36
Figura 15 - Edificação não finalizada e lote de residência abandonada.....	37
Figura 16 - Imagem aérea da comunidade de Jacaraípe com destaque para o baixo curso canalizado do rio junto à área de atracadouros e o píer artificial ..	39
Figura 17 - Barco de dragagem ancorado próximo a foz do rio Jacaraípe	40
Figura 18 - Vila de Pescadores	43
Figura 19 - Procissão de São Pedro na praia. Fonte: Acervo da Igreja de São Pedro.....	44
Figura 20 – Tambores da Banda de Congo e Seu Demerval, mestre da primeira Banda de Congo da comunidade	44

Figura 21 - Casaca da Banda de Congo	45
Figura 22 - Pequeno barco suspenso por rodas do carro de boi e mastro	45
Figura 23 – Rodas do carro de boi que dão sustentação ao pequeno barco ..	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução demográfica do Município de Serra	29
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua...	17
--	----

LISTA DE AÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO	54
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES	63
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE	67

I INTRODUÇÃO

Este diagnóstico parcial é um dos produtos desenvolvidos no Programa de Educação Ambiental-PEA Redes de Cidadania-RdC - UVV/PETROBRAS. A realização deste programa é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A proposta do plano de trabalho deste programa atende a Linha A do programa de educação ambiental da Unidade de Negócios do Espírito Santo-UN/ES.

Os principais objetivos do programa como um todo são: formar e empoderar lideranças; identificar redes sociocomunitárias; dar formação, por meio de cursos de extensão em questões relativas à legislação ambiental; reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de trabalho e renda; dar formação em letramento digital e dar acesso a políticas e instituições ambientais.

O documento aqui apresentado consiste em um diagnóstico das relações sociais, ambientais, políticas e culturais da comunidade de pesca artesanal de Jacaraípe, localizada no município de Serra, como uma das comunidades abrangidas pelo PEA Redes de Cidadania. Este documento apresenta um diagnóstico parcial das atividades produzidas pela equipe da Redes de Conhecimento, realizadas até maio de 2020 com base nas diretrizes do projeto, respaldadas pela Educação Ambiental Crítica-EAC, conforme indicado no Plano de Trabalho do PEA.

O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar se fundamenta em discussões clássicas e contemporâneas, tratando das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo a artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

A atividade pesqueira, em um primeiro momento, era realizada por povos indígenas, os quais laboravam também na agricultura, exercendo um tipo de policultura litorânea. Com as transformações sociais e econômicas por que passou a sociedade, o setor pesqueiro, assim como os demais setores

econômicos, se vinculou a uma economia urbana e mercantil, sendo subsidiado por terceiros, os quais passaram a demandar maior produtividade. Esta nova realidade insere a figura do atravessador e explica a introdução de novos petrechos de pesca, tais como: gelo para conservação do pescado – em maior quantidade – redes de náilon, motor de popa e de centro (DIEGUES, 1995).

Com o surgimento da figura do atravessador e a inserção de novos petrechos de pesca, o quadro se modificou significativamente. A partir do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, legislação que estimulou a pesca em todo o território nacional, houve uma considerável mudança nos tipos de embarcação. Estas passaram a comportar maior quantidade de pescado e a ter condições de ficar mais tempo no mar. Com esta mudança na pesca, surgiram muitas empresas de beneficiamento e distribuição de pescado e, com o passar do tempo, gerou também a sobrepesca. Essas transformações, diferentes do modo realizado anteriormente pelo pescador artesanal, fizeram com que o pescado ficasse cada vez mais escasso e levaram muitas empresas a entrar em falência (DIEGUES, 1995; RABELO, 2006).

Com a lei de incentivo aos pescadores de embarcações maiores, a pesca artesanal recebeu menos recursos e passou a ficar refém da pesca empresarial, que atua também nas áreas de pesca artesanal, devastando os recursos pesqueiros, bem como a “fauna acompanhante”, que é capturada juntamente com a pesca principal. Este caso se aplica com maior intensidade na pesca do camarão, cuja rede utilizada tem malha fina e impede a fuga das outras espécies (DIEGUES, 1995).

Com relação à caracterização da pesca artesanal, esta é marcada por um trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura restrita. A atividade não se restringe à pesca em si, mas se estende também à produção de petrechos utilizados em sua execução. Esta dinâmica envolve a comunidade como um todo, em um sistema de trocas que ultrapassa a relação puramente mercantil, reforçando os elos de confiança entre os membros envolvidos (DIEGUES, 1995).

Logo, a partir das supracitadas considerações, a pesca artesanal pode ser compreendida não apenas como uma atividade econômica ou de subsistência, mas como um sistema de interações envolvendo relação de parentesco, práticas alimentares, econômicas, políticas, religiosas, recreativas, além das sabidas habilidades técnicas manuais.

Dessa maneira, afora a interação entre seres humanos, ainda há que se considerar a relação ser humano-natureza. Neste sentido, pressupõe-se um processo de simetrização entre humanos e não humanos, constitutivo de todo um modo de vida, especialmente em razão das ações ambientais agenciarem as ações humanas, as quais adaptam suas rotinas aos tempos das marés, aos ciclos das espécies marinhas, às condições climáticas e a outros aspectos que podem, de alguma forma, condicionar a atividade de pescadores e marisqueiras.

Assim, cabe uma consideração teórica sobre a virada antropológica no entendimento da relação ser humano-natureza para além de uma discussão dicotômica, na qual os dois entes encontram-se distintos. Na constituição da ciência humana, institui-se a noção do europeu civilizado e do não-europeu em um “estágio cultural inferior” (SPENCER, 1939). O primeiro, relacionado ao conhecimento técnico e o segundo, ao conhecimento baseado em fenômenos naturais. Por conseguinte, a cultura humana, sobretudo a ocidental, foi tomada como um processo de distanciamento do mundo natural, consolidando a separação entre o ser humano e a natureza. Como pano de fundo deste debate há o antropocentrismo, base do pensamento iluminista.

Ao refletir sobre a modernidade, Latour (1994) faz uma crítica a esse discurso como sendo responsável pela criação de duas zonas ontológicas distintas: humanos e não humanos, o que o autor denomina “purificação”. Esta concepção cria a noção de independência. Os estudos de sociedades tribais feitos por antropólogos, tinham grande capacidade de simetrizar humanos e não humanos, mas estes pesquisadores tinham dificuldades de fazer o mesmo exercício com suas respectivas sociedades, pelo fato de se pensarem como distintos dos não humanos. Latour supera esse equívoco ao sistematizar a noção de ator-rede, que seria pensar os humanos como inter-relacionados aos não humanos.

Ingold (1991; 2003), é mais audacioso e incisivo no debate, sobretudo na sua crítica às bases epistemológicas da antropologia que privilegiou em demasia o social em detrimento do biológico. Em sua concepção, a “evolução” dos organismos – seres humanos e não humanos – se dá em ações situadas ambientalmente. O desenvolvimento dos seres é possível, portanto, mediante o trabalho das gerações anteriores. É nos: “[...] contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros e com os seus ambientes não humanos que as formas institucionais são geradas” (2003, p. 21).

Em vista disso, cabe aqui remarcar que a relação humana não é independente dos não humanos e, a partir deste enquadramento teórico, pode-se pensar em uma relação do pescador com o ambiente. As condições ambientais agenciam a ação dos pescadores, fazendo com que o ato de compreender essa dinâmica seja fundamental na própria construção da carreira, seja ela na pesca artesanal, seja na pesca industrial.

Esse debate ganhou força no âmbito dos direitos socioambientais, noção criada a partir da crítica aos modelos de gestão dos territórios invisibilizados e dos grupos que os habitavam. A partir de discussões promovidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, os povos que habitavam as áreas protegidas passaram a ser incorporados ao debate (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; BARRETO FILHO, 2006; DIEGUES, 2004).

Assim, o reconhecimento dos conflitos existentes nas áreas habitadas por povos tradicionais, o debate “conservacionista tradicional”, que privilegiava apenas o cuidado com a natureza em si - diversidade biológica -, passou a “novo conservacionismo”, cujo foco seria humanista, levando em consideração não apenas a natureza, mas, ainda, as populações humanas, sobretudo as mais pobres (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DIEGUES, 1996).

Nesse bojo torna-se fundamental o protagonismo da educação ambiental crítica, que propõe um processo transformador da comunidade por meio da “participação cidadã”, cujo projeto de participação comunitária é pensado a partir de um projeto emancipatório. Para tanto, torna-se basilar o entendimento de que o agente humano intervém no mundo em que habita e, por isso, um processo de

autoconsciência é necessário para que este possa reconhecer as suas potencialidades dentro do território e agir, não de modo individual, mas coletivo, a partir de processos educativos de mobilização comunitária (LOUREIRO, 2004; 2007; 2015).

Isto posto, tomando por base o quadro teórico apresentado, foram adotados procedimentos de coleta de dados primários e secundários, visando a sistematização das principais informações socioculturais, urbanísticas e ambientais que as comunidades dispõem. Esses aspectos serão apresentados na forma de diagnóstico.

O presente documento, que se configura em um diagnóstico parcial, está estruturado em sete seções. A primeira parte, introdutória, delimita a estrutura teórico-metodológica do programa como um todo e a do relatório. Na segunda seção é feita uma abordagem da metodologia utilizada, fundamentada em uma proposta qualitativa para o diagnóstico, no qual a comunidade estudada terá acesso aos dados levantados para poder participar do processo de elaboração do estudo, desde o desenvolvimento até a fase final da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas em duas idas a campo e uma pesquisa bibliográfica em documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre as comunidades. A sistematização destes documentos se deu na forma de fichamentos e, por meio de seleção prévia, a Redes de Conhecimento definiu quais seriam utilizados considerando as informações contidas.

A terceira seção compreende uma caracterização geral da comunidade, indicando sua localização regional e os acessos a ela. Também são apresentadas informações como a quantidade de pescadores e os principais órgãos que se relacionam com a pesca, dentre associações e a colônia à qual a comunidade se reporta. Neste ínterim, serão priorizados os órgãos de interesse que mais interagem com a comunidade, com ênfase nas instituições representativas da pesca e suas relações sociais e políticas.

A quarta seção discorre sobre as principais características da pesca artesanal na comunidade aqui apresentada, sendo que, para este processo, foram

elencadas as áreas de atuação da pesca oceânica, os processos que envolvem a atuação do pescador no setor pesqueiro e as principais categorias profissionais que envolvem a atividade. Também foram pontuadas questões como o modelo das principais embarcações utilizadas pelos pescadores e as técnicas e petrechos mais utilizados na captura do pescado. Por fim, dentre os aspectos a serem apresentados a respeito da comunidade de pescadores artesanais, ainda são assinaladas as redes de relações sociais que compreendem esse grupo.

A quinta seção tem por objetivo caracterizar a comunidade por meio de seus aspectos territoriais e urbanos. É proposta uma análise da evolução urbana recente da localidade, bem como a análise do uso e ocupação do solo urbano e os conflitos com outras comunidades que ali vivem. Este tópico analisa os aspectos atualmente consolidados da urbe, indicando quais são os possíveis impactos e transformações imputados pela lógica urbana vigente, além de analisar a implantação de empreendimentos de grande porte existentes ou não na região estudada. Neste item também são identificados os conflitos políticos de escala urbana e socioambiental encontrados na comunidade até o momento, auxiliando na produção dos mapas socioambientais com base nas relações estabelecidas.

A sexta seção compreende o levantamento das atividades culturais da comunidade. Os principais elementos destacados correspondem às características socioculturais que envolvem a sua formação sócio histórica. Esta seção realça os processos de ocupação do lugar e identifica como determinados grupos foram se apropriando de práticas de subsistência que envolviam as populações indígenas que habitavam o local, estabelecendo todo um modo de vida. A descrição de atividades culturais da comunidade se atém às festividades realizadas e a relação dessas com aspectos religiosos e sociais referentes à atividade pesqueira. No que concerne aos patrimônios culturais, são elencados objetos existentes na comunidade, práticas presentes nas festividades, bem como a dinâmica sociocultural local.

A sétima seção aborda a relação sociopolítica da comunidade. Esta é entendida como o modo pelo qual a comunidade pesqueira é retratada nas instâncias locais

e regionais de representação da pesca artesanal e como são percebidas pelos pescadores locais. Para tal abordagem, são elencadas as lideranças formais, informais, femininas e jovens da comunidade.

II METODOLOGIA

Para a coleta de elementos constitutivos da comunidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais, adotou-se a triangulação metodológica (FLICK, 2005), na qual foram combinados diferentes métodos qualitativos de coleta de dados. Para tanto, lançou-se mão da História de Vida, História Oral (BECKER, 1997; DELORY-MOMBERGER, 2012; THOMAS; ZNANIECKI, 2006; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), Observação Direta (GIUMBELLI, 2002) e levantamento de dados em fontes secundárias. As principais técnicas empregadas na realização dos métodos mencionados foram entrevistas (GIUMBELLI, 2002; GARFINKEL, 2018) e percursos comentados (THIBAUD, 2002).

A história de vida objetiva compreender o contexto nos quais os pescadores estão inseridos, a partir de suas narrativas individuais. A história oral auxilia na coleta de relatos de pescadores que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A observação direta é uma ferramenta importante da antropologia e possibilita a participação dos pesquisadores em atividades desenvolvidas pelas comunidades, sejam elas, laborais, recreativas ou festivas. O levantamento de dados secundários consistiu na elaboração de um banco de dados que deu pistas para a coleta de dados *in loco* e fornece suporte para o processo de elaboração das oficinas de validação.

A principal técnica de auxílio foi a entrevista semiestruturada, realizada com os principais grupos contemplados pelo PEA Redes de Cidadania: pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras e familiares desses grupos. As entrevistas foram elaboradas com base em uma primeira incursão de campo, exploratória, feita entre os meses de março e abril de 2019. Neste período foram realizadas algumas entrevistas com o público da ação educativa e, a partir desta

ação inicial, elaborou-se um termo de referência para orientar as próximas incursões - Apêndice A.

Em linhas gerais, os itens que nortearam a coleta foram: levantamento de lideranças formais, feminina e jovem; levantamento das relações sociopolíticas das comunidades; levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social; levantamento das relações socioambientais; levantamento de atividades culturais; levantamento de conflitos socioambientais; levantamento de órgãos de interesse da comunidade; levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade e levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental. Estes itens foram categorizados como *nós* e *subnós* no *software* NVivo 12 Pro., no qual é feita a sistematização das informações para que possam ser, *a posteriori*, facilmente encontradas em uma ferramenta de busca. Esta, por sua vez, ainda possibilita o cruzamento dos dados já tratados no processo de alimentação do sistema.

No que se refere ao primeiro contato com a comunidade de Jacaraípe, este se deu por meio das principais lideranças, as quais, na medida em que indicavam outros pescadores, possibilitavam o contato para a realização de uma nova entrevista, seguindo desse modo o procedimento amostral por cadeia de referência: bola de neve. Assim, sempre que uma entrevista era realizada, novas sugestões de entrevistados eram fornecidas. Ao todo foram realizadas 5 entrevistas na comunidade.

No processo de entrevistas adotou-se ainda a técnica do percurso comentado, com adaptações à realidade na qual estávamos inseridos. Esta técnica compreende acompanhar o entrevistado em um percurso que ele mesmo sugere, para que, no trajeto, sejam observados locais de referência para o entrevistado e suas memórias sobre o espaço que é percorrido.

Após a coleta de dados com os métodos e técnicas descritos, será feito um retorno ao campo - reunião de diagnóstico - para validação dos dados coletados - Apêndice B.

Quanto a realização dos mapeamentos, bases de dados foram elaboradas para organização sistêmica dos Planos de Informações-PIs georreferenciados, a serem obtidos por fontes primárias e secundárias. Os PIs estão organizados em duas Bases de Dados, as quais compreendem, respectivamente, dados disponibilizados *online* por instituições públicas e privadas, denominada “Institucional” e PIs produzidos em campo, a partir do georreferenciamento de elementos observados *in loco*, denominado “Dados de Campo” (XAVIER-DA-SILVA, 2001; FITZ, 2008).

As principais fontes de PIs institucionais correspondem a sites de domínio público, como a biblioteca virtual do Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, de navegadores virtuais, como o GEOBASES e os bancos de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, Agência Nacional de Petróleo-ANP, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Agência Nacional de Águas-ANA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Também foram solicitados à Petrobras arquivos vetoriais de geolocalização que pudessem auxiliar no arranjo dos mapas. Abaixo é apresentada a lista de PIs com suas respectivas fontes - Quadro 1.

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua...

Título	Tipo	Instituição
Sísmicas Públicas	Vetorial	ANP
Blocos SRTM - 90m	Matricial	EMBRAPA
Cartas Topográficas	Matricial	IBGE
Limites Unidades da Federação	Vetorial	IBGE
Ottobacias Nível 4	Vetorial	GEOBASES
Unidades Naturais	Vetorial	GEOBASES
Meses Secos ES	Vetorial	GEOBASES
Solos ES	Vetorial	GEOBASES
Hidrografia ES	Vetorial	IEMA
Uso da Terra ES	Vetorial	IEMA
Áreas prioritárias para conservação	Vetorial	IEMA
Corpos d'água	Vetorial	IEMA
Fitofisionomia da Mata Atlântica	Vetorial	IEMA
Localidades	Vetorial	IEMA
RPPNs	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Estaduais	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Federais	Vetorial	IEMA

Quadro 2 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias

Título	Tipo	Instituição
Ortofotos	Matricial	IEMA
Comunidades	Vetorial	IJSN
Área Efetivamente Urbanizada	Vetorial	IJSN
Trecho Ferroviário	Vetorial	IJSN
Eixo Rodoviário	Vetorial	IJSN
Arruamento	Vetorial	IJSN
Cemitérios	Vetorial	IJSN
Edificação de Ensino	Vetorial	IJSN
Edificação de Saúde	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Geomorfologia ES	Vetorial	IJSN
Terras Indígenas	Vetorial	FUNAI
Áreas Quilombolas	Vetorial	INCRA
Localização dos PCAPS	Vetorial	PETROBRAS
Gasodutos ES	Vetorial	PETROBRAS

Fonte: Redes de Cidadania

Considerando também que os PIs possuem datas de elaboração diferentes e que, muitas vezes, as informações contidas nestes encontram-se desatualizadas, fez-se necessária a revisão de PIs estratégicos para o entendimento dos aspectos físicos, culturais e construtivos das comunidades pesqueiras, no que corresponde à finalidade deste projeto. Além disso, algumas informações de relevância, como os locais de embarque pesqueiro, geolocalização das associações e das casas de pescadores, dentre outras, não constam nos PIs institucionais. Nestes casos, as informações foram obtidas diretamente em campo.

Para a obtenção dos dados georreferenciados em campo, foi utilizado um GPS com o qual pode-se inserir pontos, linhas e polígonos a partir de sua localização atual, dentro de uma base georreferenciada, exportando-os em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas-SIG. Os dados de campo foram exportados em formato padrão de GPS-GPX e convertido para *shapefile* com o uso do *software* QGIS 3.4.9. O *software* utilizado para o manuseio e edição dos PIs em formato *shapefile*, assim como para a elaboração dos mapas até a etapa atual da pesquisa, foi o ArcGIS 10.7-ESRI.

A tabela de atributos associada a cada PI foi criada contendo algumas informações básicas, como o nome da feição, localidade e município em que se encontra, além de observações gerais que possam detalhar melhor a informação e as coordenadas X e Y de cada feição. Os PIs foram padronizados e modificados no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator-UTM, no fuso 24 K e o *datum* horizontal utilizado foi o SIRGAS 2000 - atual sistema geodésico de referência utilizado no Brasil desde 25 de fevereiro de 2015, segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os procedimentos aqui apresentados tornaram-se uma base para o manuseio de todas as informações geoespaciais utilizadas no diagnóstico, assim como para a elaboração dos mapas-produtos.

No que diz respeito à análise das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e às questões socioambientais, são recolhidos os dados referentes à região de estudo junto aos órgãos competentes, como o IBGE, o IJSN, as prefeituras municipais, além de outros órgãos que operam com os SIGs. Os dados recolhidos nesta etapa abrangem informações acerca de leis urbanísticas vigentes para a localidade e informações georreferenciadas referentes às mesmas, bem como arquivos em *shapfiles-shp* com dados de perímetro urbano, perfil e hierarquia viária, áreas de risco - inundações, desmoronamento, etc. - equipamentos urbanos, divisão de lotes, bairros, quadras, dentre outros.

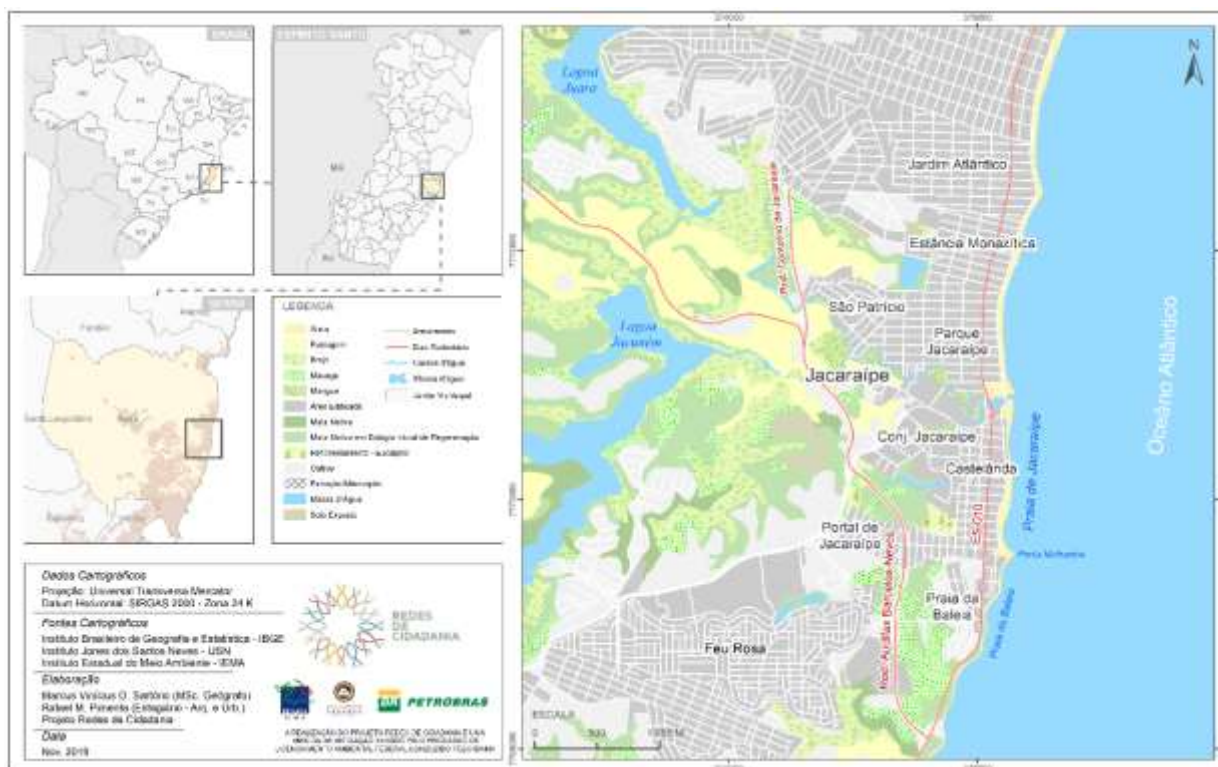
Em sequência, ainda nesta etapa, são efetuados levantamentos de campo com a finalidade de se investigar, *in loco*, especificidades, tais como: padrão fundiário - análise preliminar de acordo com os mapas cadastrais obtidos; predominância de tipologias das edificações; caracterização de uso e ocupação do solo; concentrações de atividades, áreas de segregação urbana; além de aspectos que podem ser levantados de forma exclusivamente presencial, como as condições de urbanidade, paisagem urbana, acessibilidade e sensações urbanas, tais como segurança, movimentação, abandono, entre outras. Durante as visitas *in loco* foram efetuados registros fotográficos que evidenciam os dados analisados, os quais são apresentados no decurso do diagnóstico.

III RACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

III.1 Localização e acesso à comunidade

A comunidade de pescadores de Jacaraípe se localiza no litoral do município de Serra em uma área densamente urbanizada na região metropolitana da Grande Vitória, entre as coordenadas X: 374580 e 376458 – Y: 7771890 e 7769775. Diferente das comunidades pesqueiras de áreas rurais ou urbanas no interior, a comunidade de Jacaraípe não pode ser delimitada com precisão devido à dispersão dos pescadores nos bairros vizinhos. Contudo, grande parte dos pescadores concentra-se no entorno do rio Jacaraípe, que localmente é chamado também de ribeirão Juara, para acessar os barcos e as áreas onde executam suas atividades ligadas à cadeia da pesca. No entanto, suas moradias não se limitam ao entorno da foz - Figura 1.

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Jacaraípe, Serra



Fonte: Redes de Cidadania

A norte e sul da comunidade situam-se os bairros Estância Monazítica e Praia da Baleia, respectivamente. A leste encontra-se a foz do rio que desagua no

oceano Atlântico e a oeste, seguindo o contra fluxo do rio Jacaraípe, a área urbana que fica menos densa, abrindo espaço para outras classes de uso da terra, como áreas de pasto e brejo, sobretudo no entorno das lagoas Juara e Jacuném.

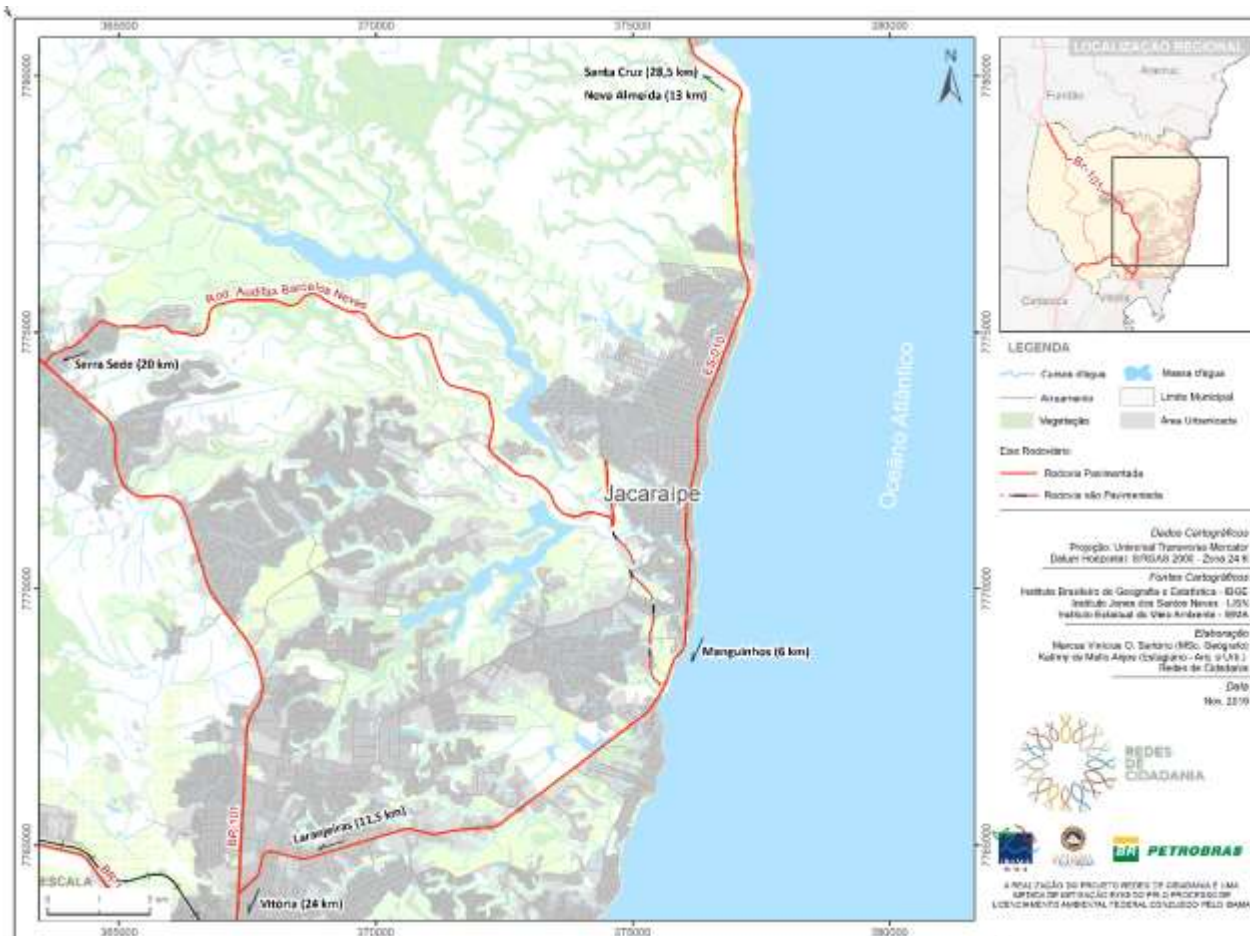
O rio é também o divisor de dois bairros, a norte o bairro Parque Jacaraípe e a sul Castelândia, ligado por três pontes. A primeira, mais a montante do rio, corresponde à rua Lourival Ribeiro Pimentel, enquanto a segunda corresponde à rodovia estadual ES-010 que segue paralela à linha de costa no sentido norte-sul do litoral capixaba. A terceira, já próxima à foz do rio possui um formato arqueado, destinado apenas a pedestres - Figura 2.

Figura 2 - Ponte arqueada sobre a foz do rio Jacaraípe



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

O acesso à comunidade se dá pela rodovia estadual ES-010, que segue pelo litoral capixaba no sentido sul-norte, passando pelas comunidades pesqueiras litorâneas da Serra. A apenas 6 km ao sul localiza-se a comunidade pesqueira de Manguinhos e a norte, a 13km encontra-se a comunidade de Nova Almeida. Em direção sul, a ES-010 faz uma curva a oeste ligando-se à BR-101 a 11km e, seguindo nesta direção, a capital Vitória encontra-se a 24km - Figura 3.

Figura 3 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Jacaraípe, Serra

Fonte: Redes de Cidadania

III.2 Instituições representativas da pesca

A comunidade pesqueira de Jacaraípe é representada, em sua instância local, pela Associação de Pescadores de Jacaraípe-ASPEJ, cujo presidente atual é o Sr. Manoel Bueno – Nego da Pesca. A associação foi fundada no ano de 1999 e sua sede atual é na Fábrica de Gelo, fruto de processos de mobilização da associação de pescadores e a firmação de uma parceria entre a prefeitura da Serra e o Governo Federal. Em virtude do impacto provocado pela atuação da Petrobras na região, em atividade de pesquisas sísmicas 4D, a comunidade foi compensada, por meio do Plano de Compensação da Atividade Pesqueira-PCAP, na construção de uma Unidade de Beneficiamento do pescado, que abrangerá os pescadores das comunidades de Bicanga, Carapebus, Manguinhos, Jacaraípe e Nova Almeida. Todas pertencentes ao município da Serra.

A comunidade é representada regionalmente pela Colônia Z-11, Colônia do Município da Serra, sob a presidência da Sra. Denise Pereira dos Santos. A Colônia foi criada no ano de 2005, após a mobilização das associações de pescadores de Nova Almeida e Jacaraípe. Houve uma organização por parte dos pescadores para que fosse possível a sua criação.

III.3 Locais de embarque e desembarque pesqueiro

Os pontos de embarque e desembarque pesqueiro estão localizados na foz do rio Jacaraípe em ambas as margens, direita e esquerda, onde o leito do rio foi aberto em um formato circular, com 70 metros de largura e 80 metros de comprimento, a aproximadamente 300 metros da foz - Figura 4.

Figura 4 - Área de atracadouro dos barcos em ambas as margens do rio Jacaraípe



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

IV CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

A comunidade pesqueira de Jacaraípe é composta por 460 pescadores e estes se distribuem em diferentes tipos de pescaria dependendo das embarcações

utilizadas. As utilizadas na pesca marítima são de pequeno, médio e grande porte.

A pesca é realizada em diferentes áreas de acordo com as embarcações. Os barcos de pequeno porte – bateiras¹ – pescam entre as regiões de Jacaraípe e Manguinhos, os de médio porte sem casaria, entre Barra do Riacho e Vila Velha e os de médio porte com casaria, entre as regiões de Itaúnas – Conceição da Barra e Itapemirim, ao sul do estado do Espírito Santo. As principais espécies capturadas pela comunidade são: camarão, peroá, baiacu, dourado, sarda, badejo, garoupa, cioba, catuá, realito e cação.

Parte do pescado é comercializada em bancas fixas na peixaria localizada ao lado do embarque e desembarque pesqueiro, na praça Encontro das Águas. Em situações observadas em campo pode-se identificar uma economia familiar predominante no trabalho realizado na peixaria, na qual o pescador, geralmente homem, captura o pescado e entrega para a esposa e filhos que ficam na peixaria. Estes últimos beneficiam o pescado e o comercializam. Além da comercialização local há uma produção em maior escala para atender os frigoríficos de Vitória e uma empresa de pescados de Piúma, uma localidade de pesca do litoral sul do estado do Espírito Santo.

IV.1 Áreas de atuação da atividade pesqueira

A área de pesca utilizada pelos pescadores de Jacaraípe localiza-se a aproximadamente 10 milhas da costa, abrangendo a região de Jacaraípe, Carapebus, Praia Mole até o mar da Praia da Costa em Vila Velha (CTA, 2010).

De acordo com relatos obtidos na comunidade, por meio de entrevistas realizadas com os pescadores, a pesca se dá nas seguintes regiões: entre as praias de Capuba – Jacaraípe e Manguinhos, em uma profundidade de até 10m; nas regiões de Barra do Riacho – Aracruz e Vila Velha, entre as profundidades

¹ O termo Bateira é usual entre os pescadores artesanais do litoral centro-norte capixaba, com pronúncias distintas, a depender da localidade. Baeteira, baiteira, batera e baetera são outras formas de pronúncia do termo que podem ocorrer. Neste relatório o termo será genericamente utilizado como "bateira".

de 5 e 40m; e entre a região de Itaúnas – Conceição da Barra e Itapemirim, sul do estado do Espírito Santo, em até 1000m de profundidade.

IV.2 Carreira da pesca

Em relatos obtidos na comunidade observou-se que a carreira da pesca depende de fatores relacionados às relações de familiaridade e compadrio. Os pescadores mais jovens acionam os pescadores mais velhos como sendo seus mestres, posição altamente valorizada no contexto. O mestre da embarcação é aquele que detém conhecimento das marés e das principais áreas de pesca, os “pesqueiros”. O conhecimento sobre os pesqueiros é repassado após o estabelecimento de uma relação de confiança entre o mestre e alguns membros específicos da tripulação.

A tripulação é hierarquizada a partir do papel que cada um desempenha no ato de pescar. Pode-se elencar os seguintes papéis: Mestre, gelador, cozinheiro e “tripulação”. O mestre é aquele que determina a posição em que os pescadores colocam os petrechos de pesca e a direção a se seguir. Cabe ao gelador armazenar o pescado em urna ou isopor com gelo. Ele é responsável por observar se o peixe está em boas condições de resfriamento. Este papel é tomado como de grande importância, pois lida diretamente com o produto final da atividade. O cozinheiro é responsável pelo alimento da tripulação como um todo, mas o fato de ele ocupar uma função específica não o isenta de dar um apoio em outras atividades, como a de puxar a rede, caso seja necessário.

A tripulação, de acordo com os relatos, é aquela responsável por lançar e içar os petrechos de pesca ao mar. Ou seja, ficam encarregados de manusear os equipamentos utilizados na pesca e os petrechos. No caso da pesca do camarão, ao içar o balão, o camarão é colocado na embarcação e é realizada a “cata”, que seria a separação do pescado da fauna e da flora acompanhantes.

A relação de trabalho ocorre em um sistema de parceria, na qual o valor arrecadado com a venda do pescado é dividido em partes diferentes para o pagamento dos envolvidos na pescaria, segundo suas atribuições. Após o

pagamento das despesas do barco o restante é dividido entre toda a tripulação. O maior valor arrecadado fica para o proprietário da embarcação. As outras partes restantes são distribuídas em valores diferenciados de acordo com a função, para os outros trabalhadores.

IV.3 Características das embarcações

As embarcações presentes na comunidade de Jacaraípe podem ser classificadas qualitativamente como em 3 Tipos: barco pequeno, barco médio e barco grande com guincho. As embarcações pequenas - Figura 5 - não possuem casaria, são pouco equipadas e para pesca se utiliza basicamente trabalho manual. Em algumas embarcações há uma pequena estrutura para proteção da incidência da chuva e do sol. Estes tipos possuem em média 7 metros de comprimento.

Figura 5 - Barco pequeno boca aberta



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

As embarcações médias - Figura 6 - possuem casaria e são pouco equipadas e a pesca é realizada por meio do trabalho manual. Estas medem, em média, aproximadamente 10 metros de comprimento. Já os barcos grandes - Figura 7 -

possuem equipamentos de arrasto e de içar os petrechos com o pescado, necessitando de pouco trabalho manual. Estes medem, em média, 12 metros de comprimento.

Figura 6 - Barco médio e barco pequeno



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Figura 7 - Barco grande com guincho



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

IV.4 Técnicas e petrechos de pesca

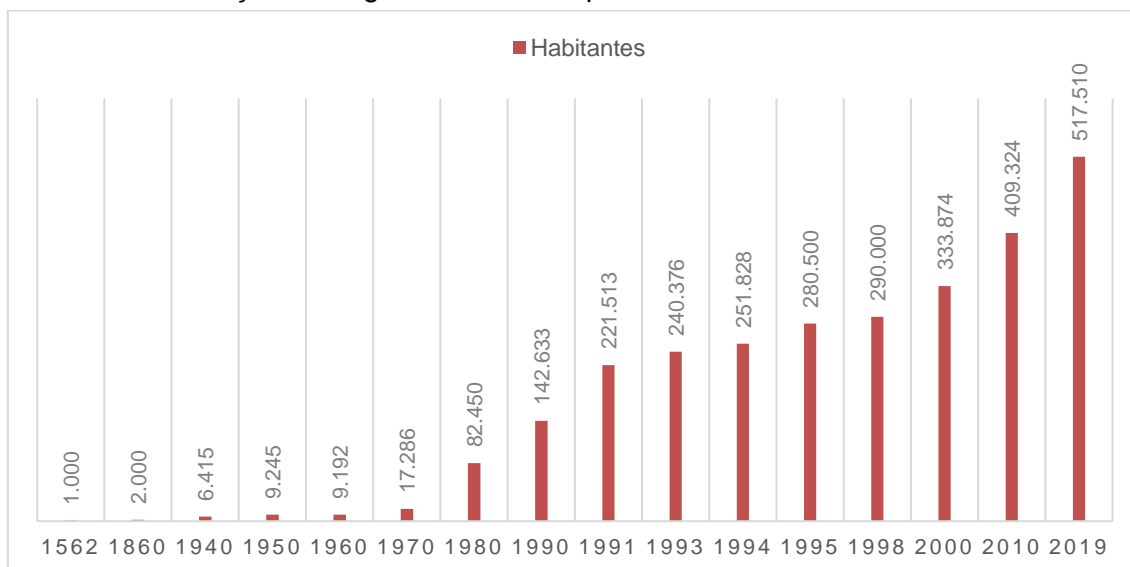
Os principais petrechos e técnicas de pesca na comunidade são: balão, espinhel de fundo e boieiro, espinhel long line, espinhel long boy e linha de mão. Os barcos menores, pescam próximo à costa em um período de 2 dias; os barcos médios pescam mais distante da costa em períodos que variam de 15 a 18 dias e os barcos grandes, que pescam em águas mais profundas, ficam no mar em campanhas que variam entre 20 a 30 dias.

V ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS

Segundo o censo de 2010 do IBGE, a população do município de Serra é de 409.267 habitantes, apresentando uma população estimada de 517.510 habitantes para o ano de 2019 - Gráfico 1. A densidade demográfica do município é de 741,85 hab/km². Em comparação com Vitória, que tem população estimada em 362.097 habitantes para o ano de 2019 e densidade demográfica de 3.338 hab/km², o município de Serra é menos adensado. Entretanto se colocada em comparação com Guarapari, município com área similar e densidade demográfica de 177,10 hab/km², Serra é mais adensada (IBGE, 2019).

Ainda segundo o censo, a população do bairro Enseada Monazítica, no ano de 2010, era de 1.694 habitantes. Já a população do bairro Parque Jacaraípe, de 3.333 habitantes, totalizando 4.027 habitantes próximos à área de estudo. O índice de habitantes por unidade familiar é de 3 pessoas. Por meio de uma linha histórica do crescimento populacional, podemos perceber a evolução demográfica do município, bem como apreender as dimensões de sua evolução urbana.

Gráfico 1 - Evolução demográfica do Município de Serra

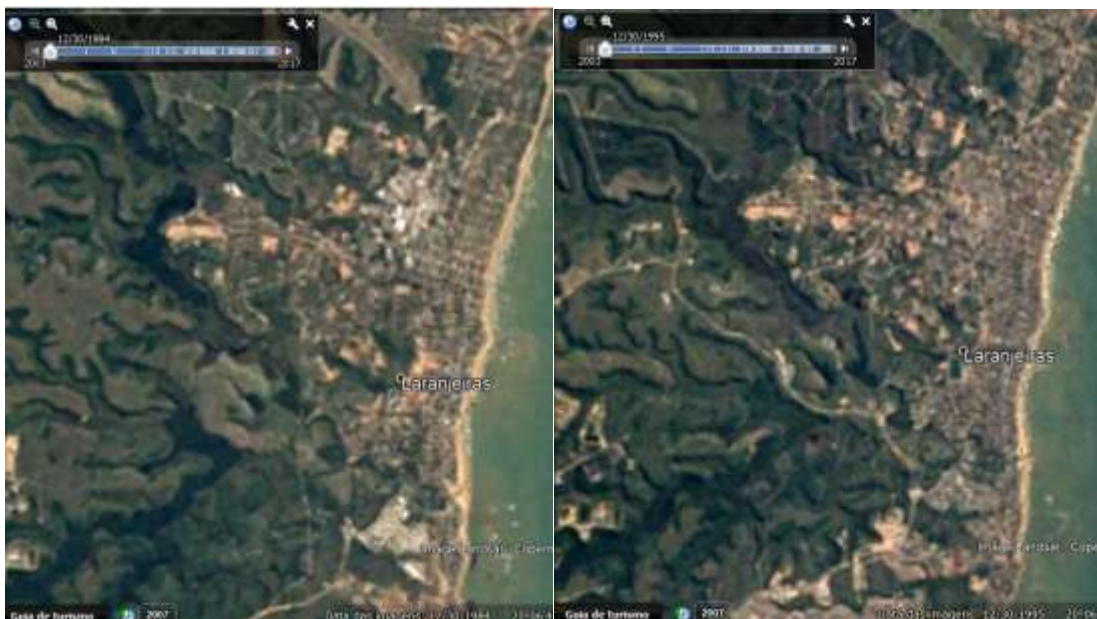


Fonte: Redes de Cidadania a partir de Borges, 2003; IBGE, 2019.

V.1 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

O município de Serra é transpassado pela BR-101 Norte, dando acesso às cidades que estão entre Rio de Janeiro e Salvador. A partir da década de 1970, o município sofreu com processos intensos de urbanização, perdendo suas características fortemente rurais. Tais transformações desenvolveram o município como um grande polo industrial do estado do Espírito Santo (BORGES, 2003).

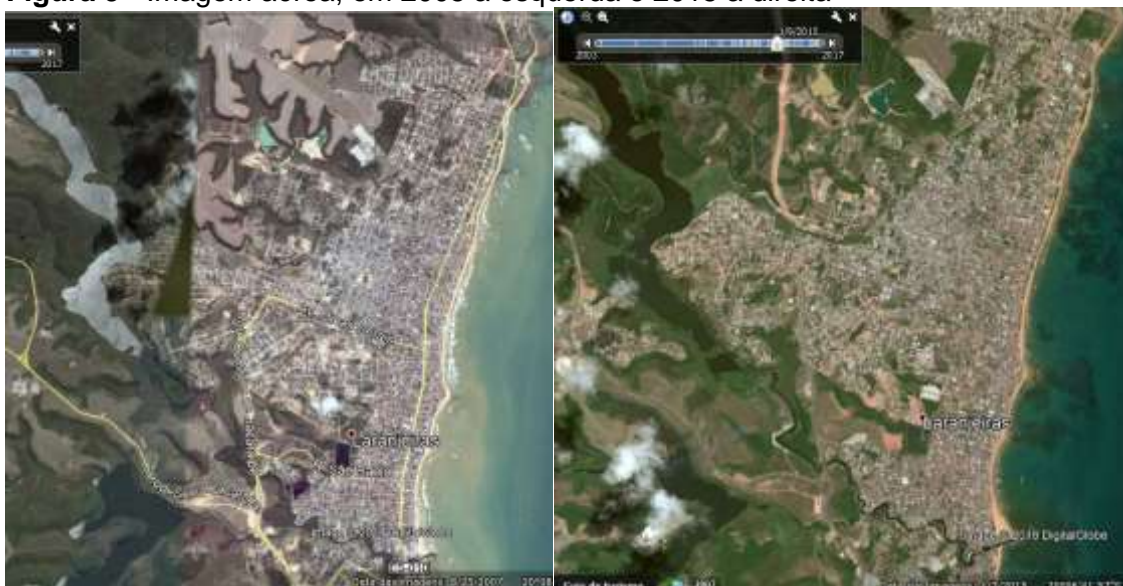
Por meio de análise de imagens aéreas, entre os anos de 1984 a 2015, foi possível constatar que os Bairros de Parque Jacaraípe e Enseada Monazítica já existiam desde a década de 1980, conforme Figura 8 - Imagem aérea, em 1984 a esquerda e 1995 a direita, porém, ainda não totalmente consolidados e em processo de expansão.

Figura 8 - Imagem aérea, em 1984 a esquerda e 1995 a direita

Fonte: Redes de Cidadania a partir de Google Earth, 2019.

Em análise da malha viária da região de Jacaraípe, é possível identificar uma forma de urbanização ortogonal, planejada e implantada em modelos de loteamentos, a qual permanece entre os anos de 1984 e 1995, conforme identificado nas imagens. Percebe-se uma consolidação e adensamento do que hoje são os Bairros de Estância Monazítica, Jardim Atlântico e Bairro das Laranjeiras. Também é perceptível que a urbanização ocorre ao longo da orla, não adentrando para a hinterlândia, apesar das estradas já estarem identificadas nas imagens acima, em destaque nos anos de 1995.

Por meio da análise da expansão urbana da região é possível identificar que, apesar do adensamento ocorrido entre os anos de 1995 a 2005, a região de Jacaraípe ainda manteve suas características fundiárias (malha ortogonal) - Figura 9. A urbanização se desenvolveu ao longo de um eixo principal da orla, tendo como referência a avenida Ábido Saad. Porém, a partir do final da década de 2000, nota-se a ocupação no sentido da hinterlândia.

Figura 9 - Imagem aérea, em 2005 a esquerda e 2015 a direita

Fonte: Redes de Cidadania a partir de Google Earth, 2019.

A malha urbana consolidada é organizada ortogonalmente e apresenta hierarquia viária bem definida. A Av. Abido Saad – ES-010 – como via arterial, dá acesso às demais vias locais e promove a continuidade do fluxo viário e pedonal entre bairros mais próximos.

As discontinuidades da área urbanizada se caracterizam pela junção e modificações da inclinação dos parcelamentos do solo, visto que a tendência da malha urbana é seguir perpendicularmente à Av. Abido Saad.

A integração entre os bairros, as áreas mais afastadas da orla e a faixa litorânea é realizada através das vias locais transversais à Av. Abido Saad, não havendo dificuldades para se locomover em modais motorizados, através da região. Entretanto, o deslocamento pedonal é dificultado pela ausência de calçadas padronizadas, com largura adequada e dentro dos padrões das normas da ABNT 9050/2015, que se refere à acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos.

Figura 10 - Condições das calçadas na região de Jacaraípe

Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

A estrutura das vias locais, como caixa de rolamento e pavimentação é satisfatória, comportando o trânsito de automóveis durante o período analisado. Contudo, de acordo com indicado anteriormente, as calçadas em sua grande maioria não apresentam pavimentação, larguras confortáveis para pedestres ou adequação às normas de acessibilidade. A constituição da malha urbana é perceptivelmente voltada para o usufruto de modais motorizados, sem a priorização do pedestre.

No que se refere à capacidade da estrutura da malha urbana, pode-se considerar uma área pouco ocupada, integrando potencial para um futuro adensamento demográfico, visto a boa largura das vias locais, tamanho dos lotes e quadras e a proximidade de uma via arterial de conexão intermunicipal.

A orla se apresenta como um marco referencial na região, bem como a Praça Encontro das Águas e o Ribeirão Juara, criando uma relação da comunidade

com estes locais. É importante salientar que tais marcos, além de pontos de referência, agregam valor cultural, ambiental, e patrimonial à ambiência urbana.

Os bairros da região de Jacaraípe apresentam em sua maioria, quadras bem definidas, ortogonais e simétricas, sempre em relação a Av. Abido Saad. Uma exceção se refere a área localizada no entorno do Ribeirão Juara, na qual as quadras são maiores em metragem quadrada e apresentam maiores deformidades, devido a conformação com o relevo e hidrografia. A metragem quadrada média das quadras se estabelece em torno de 890 a 10.000m².

As dimensões médias de perímetro das quadras variam entre 300 a 500 metros, em sua maior parte. A quadra que apresenta maior perímetro tem valor de 1036 metros, sendo a quadra de menor perímetro com 122 metros.

Figura 11 - Imagem de residência de alto padrão



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Os lotes apresentam padrões de parcelamento mais heterogêneos, sendo que, a maior parte dos lotes apresenta de 300 a 600 metros quadrados, mantendo a forma do modelo de parcelamento originalmente projetado. Entretanto, a análise demonstrou a presença de grande quantidade de lotes com tamanhos entre 600 a 1.000 metros quadrados, indicando a possibilidade de remembramentos dos lotes no decorrer do tempo. Apesar de alguns dos lotes de grande metragem serem utilizados para uso comercial, quando localizados na Av. Abido Saad,

grande parte dos lotes entre 600 a 1.000 metros quadrados são destinadas a residências de alto padrão – Figura 11. Quando mais próximas da orla, essas glebas apresentam usos diferenciados, como de pousadas ou condomínios multifamiliares.

O levantamento das informações de uso e ocupação do solo foi realizado em visita *in loco*. Durante as análises, foi observada a predominância de usos da região de Jacaraípe, sua intensidade e seus locais de concentração e o padrão das edificações.

Figura 12 - Mudança de localização comercial



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Toda a extensão da Av. Abido Saad, dentro do bairro Parque Jacaraípe, apresenta comércio ativo e movimento de pedestres intenso durante horário comercial. Apesar de ser uma área residencial de veraneio, como será abordado adiante, o comércio aparenta se enfraquecer e ser submetido a sazonalidade local. À medida em que nos aproximamos da área do empreendimento, no bairro Enseada Monazítica, pode-se perceber uma deterioração do entorno. Lojas fechadas em horário comercial, mudanças de localização de pequenos

comércios e fachadas pichadas, geram uma ambiência com sensação de abandono e degradação.

Figura 13 - Equipamentos urbanos no ED 01. Ponto dos pescadores – à esquerda – e Praça Encontro das Águas – à direita



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Ao longo do eixo arterial da Av Abido Saad, encontram-se: três supermercados de porte médio – Multishow, ExtraBom e Epa Supermercados; dois postos de abastecimento – Ipiranga e Shell; farmácias; padarias; lojas de vestuário; lojas de artigos diversos; restaurantes; cartórios e bancos, dentre outros pontos comerciais e prestadores de serviço. Devido à grande diversidade de comércio e serviço, o eixo apresenta intensa movimentação de pedestres durante o horário comercial, em especial no bairro Parque Jacaraípe.

A diversidade de usos promove a animação urbana, traz sensação de segurança, evita os longos deslocamentos por modais motorizados individuais, reduz a emissão de gases poluentes proveniente de transportes e diminui o

tráfego de automóveis, sendo dessa forma, benéfica para o bairro e para os bairros de seu entorno.

A orla apresenta usos diversos, porém voltados para as atividades turísticas e de lazer. Foi possível identificar através de visita in loco que parte do desenvolvimento das atividades não residenciais são sazonais, como restaurantes, quiosques e pousadas, estando alguns dos estabelecimentos fechados no momento do trabalho de campo. Também foram identificados edifícios abandonados em estado de deterioração, conforme registro fotográfico.

Figura 14 - Edificação abandonada. Av. Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

A estrutura viária é adequada, a avenida litorânea apresenta ciclovia e a orla é urbanizada, entretanto as calçadas não são adequadas às normas de acessibilidade definidas pela NBR 9050/2015.

As edificações com características residenciais apresentam padrões variados e em sua maioria aparentam ser de veraneio, estando totalmente fechadas, com pouco mobiliário e sem limpeza cotidiana.

Quanto ao padrão construtivo das edificações, o bairro Parque Jacaraípe apresenta edificações de padrão mais alto em comparação com o bairro Enseada Monazítica e a pequena parte do bairro Jardim Atlântico. As residências são predominantemente unifamiliares, com maior concentração de edificações residenciais multifamiliares no bairro Enseada Monazítica. A região apresenta em sua maioria residências fixas e não de veraneio. Entretanto, ainda se percebe a deterioração de edificações em pontos isolados e não aglomerados dentro da área.

Figura 15 - Edificação não finalizada e lote de residência abandonada



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Quanto à compatibilidade da zona urbanística definida pelo Plano Diretor com a realidade local, conclui-se que a ZOP 01 indica o objetivo de induzir o adensamento da área, visto que apresenta boa infraestrutura e vias arteriais com núcleos de concentração de atividades.

A região apresenta predominância de edificações de 1 a 3 pavimentos, sendo predominantemente residenciais e unifamiliares. É possível identificar a concentração de edificações acima de 4 pavimentos ao longo da Av. Abido Saad. Os maiores edifícios – 12 e 14 pavimentos – ficam em pontos isolados e distantes entre si.

Através da análise, conclui-se que a região não é uma área altamente adensada. As atividades não residenciais se concentram ao longo da Av. Abido Saad e da Av. Nossa Senhora dos Navegantes. A área apresenta um perfil de atratividade regional, sendo aporte de bairros satélites, como exemplo o de Manguinhos. As atividades que atraem maior quantidade de pessoas são comércios relacionados a alimentos, como supermercados e serviços, bancos, cartórios, correios e uma escola.

V.2 Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira

Ainda é necessário aprofundamento na pesquisa para que sejam identificados conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira.

V.3 Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira

Os principais conflitos ambientais identificados no local correspondem às alterações morfológicas no baixo curso do rio e em sua foz e à expansão urbana que sobrepôs a vegetação de restinga e o manguezal às margens do rio. O rio Jacaraípe passou por importantes intervenções em seu baixo curso. Além da canalização e implantação de degraus escalonados em seu leito, a foz foi aberta

em um formato circular com a construção de atracadouros para os barcos, no entorno.

Figura 16 - Imagem aérea da comunidade de Jacaraípe com destaque para o baixo curso canalizado do rio junto à área de atracadouros e o píer artificial



Fonte: Redes de Cidadania

Também foi construído um píer, chamado “Píer do Encontro das Águas” que se estende por 300 metros além da linha de costa, para facilitar a entrada dos barcos. Essas mudanças na estrutura morfológica da linha de costa e do canal

fluvial do rio, apesar de trazerem um desequilíbrio aos processos fluviais e marinhos locais, trouxeram benefícios aos pescadores pois, segundo relatos, o histórico de acidentes na foz do rio era alto pela presença de rochas e pela corrente marinha que dificulta a entrada dos barcos.

Unido a esses fatores, foi possível notar em visitas de campo, que no baixo curso do rio, onde os barcos ficam atracados, há alto nível de poluição trazido a montante. Na imagem aérea da Figura 16, é possível notar a mudança da coloração da água e a gradual diluição ao desaguar no oceano. Esse cenário é comumente encontrado em centros urbanos onde os rios são parte da estrutura de macrodrenagem urbana, alvo de dejetos e lançamento de efluentes (BOTELHO, 2011; CUNHA, 2013). Em pesquisas realizadas na localidade (RAMOS et al., 2017, RAMOS; COELHO, 2019; NASCIMENTO et al., 2020), observou-se que o crescimento da área urbana impactou diretamente na qualidade da água e na morfologia das lagoas e dos rios de Jacaraípe ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1970, com a implantação de empreendimentos a montante e desenvolvimento do setor imobiliário em Serra.

Figura 17 - Barco de dragagem ancorado próximo a foz do rio Jacaraípe



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

A vegetação de mangue também foi outro elemento da paisagem impactado com a pressão urbana, em especial com a construção de um calçadão ao longo da margem esquerda do rio Jacaraípe desde o encontro dos braços norte e sul que formam o canal principal. O estreitamento do canal e a supressão da vegetação nas margens são elementos importantes do desequilíbrio da dinâmica fluvial, podendo causar assoreamento do leito - Figura 17.

Segundo (CTA, 2010) em entrevista com pescadores, foi identificado dificuldade para acesso ao cais e circulação das embarcações, sobretudo na maré baixa, devido à deposição de areia no leito do rio. O assoreamento, nas atuais condições morfológicas em que se encontra o rio, tornou-se um problema crônico gerando a necessidade contínua de dragagem do leito do canal

VI ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE

VI.1 Caracterização sociocultural

A comunidade de Jacaraípe se formou nas margens do Ribeirão Juara. Antes do processo de colonização, a região, assim como outras áreas do litoral, era habitada por povos indígenas. Em escavações feitas na região foram identificadas cerâmicas da tradição indígena Aratu, povos que habitavam regiões de manguezais. Estes povos são reconhecidos apenas pelos trabalhos arqueológicos, uma vez que não tiveram contato com os colonizadores portugueses. As datações feitas destes povos revelam que viveram na região entre os séculos X e XIV. No litoral do Espírito Santo a tradição Aratu se desenvolveu em quatro fases: Jacaraípe, que nomeia a comunidade; Itaúnas, Guarabu e Camburi (HARTUWIG, et al. 2011).

Na passagem do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire (1936), a localidade era conhecida como Caraípe, uma variação de Caraipé, nome de plantas usadas pelos indígenas na fabricação de cerâmicas e Caraí, caminho dos mágicos ou dos homens brancos. No caso da palavra Caraípe, de origem tupi, significava “passagem do homem branco”, fato relacionado aos colonizadores que estavam na região de Nova Almeida e transitavam por ali (BORGES, 2003).

A colonização da região se deu com a chegada do português João Luiz. Com o passar do tempo a comunidade passa a ser habitada por pescadores. E em relatos obtidos na comunidade, pode-se identificar que a formação sociocultural da comunidade de Jacaraípe se desenvolveu a partir da relação entre proprietários de terras, remanescentes de grupos indígenas e negros. Portanto, a comunidade é bem diversificada em sua formação social e as práticas alimentares e festivas são combinações de elementos presentes na formação dos citados grupos. A pesca, o catolicismo e os tambores de Congo foram apropriados pela comunidade e nos fornece pistas de como diferentes tradições foram ressignificadas a partir de um processo de “fricção interétnica”².

A festa de São Pedro é um importante marcador do que fora tratado no parágrafo que antecede a este. Em uma combinação de pescadores, catolicismo e banda de congo, a homenagem ao santo reúne diferentes tradições presentes na comunidade.

O dia a dia da comunidade, em virtude das mudanças ocorridas, é muito dinâmico, mas no mercado de peixes e na antiga vila de pescadores, próximo ao mercado, é possível identificar uma relação muito forte com aspectos relacionados à pesca. É possível visualizar pescadores, pescadoras, marisqueiros e marisqueiras realizando atividades de manutenção nos petrechos de pesca e de embarcações, e beneficiando o pescado para a comercialização nas bancas locais. Diante do grande tráfego pela rodovia ES 010 a antiga vila passa quase despercebida, mas ao caminhar no interior da comunidade, as práticas relacionadas à pesca fazem-se muito presentes. A vila é constituída hoje por novas construções de dois ou três pavimentos.

Jacaraípe atualmente se apresenta com diferentes aspectos sociais e culturais e o fato de ser uma região litorânea balneável torna-se um destino importante para turistas. A comunidade remontada nas narrativas dos pescadores e nos documentos históricos está com um aspecto morfológico totalmente alterado em virtude dos efeitos da urbanização - Figura 18. Além das atividades pesqueiras

² Trata-se do conceito elaborado por Roberto Cardoso de Oliveira (1962) a partir dos estudos de aculturação com povos indígenas no Brasil. O conceito diz respeito ao processo de metamorfose que ocorre no contato de grupos com diferentes costumes ou tradições.

pode-se identificar outras atividades comerciais, industriais e edifícios. Um fato importante a ser considerado para os processos de transformação de Jacaraípe é esta comunidade ser cortada pela rodovia ES 010, importante na ligação do centro do litoral capixaba ao norte.

Figura 18 - Vila de Pescadores



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

VI.2 Principais Patrimônios culturais

Com relação aos patrimônios culturais presentes na região, pode-se identificar apenas os imateriais, dos quais podemos mencionar a Festa de São Pedro - Figura 19, a Banda de Congo e o Bumba Meu Boi. Dentre os objetos da Banda de Congo, cabem destaque os tambores e casacas - Figura 20 e Figura 21. Para a realização da Festa de São Pedro a comunidade conserva um mastro, um pequeno barco confeccionado de madeira e as rodas de um carro de boi representando uma antiga prática da festa, na qual o santo era conduzido por um carro de boi de um proprietário de terras muito influente na comunidade - Figura 22 e Figura 23. Com relação ao Bumba Meu Boi há apenas memórias e

um pequeno trecho cantado em entrevista com uma antiga moradora da comunidade.

Figura 19 - Procissão de São Pedro na praia. Fonte: Acervo da Igreja de São Pedro



Fonte: Acervo Rede de Cidadania.

Figura 20 – Tambores da Banda de Congo e Seu Demerval, mestre da primeira Banda de Congo da comunidade



Fonte: Acervo Rede de Cidadania.

Figura 21 - Casaca da Banda de Congo



Fonte: Acervo Rede de Cidadania.

Figura 22 - Pequeno barco suspenso por rodas do carro de boi e mastro



Fonte: Acervo Rede de Cidadania.

Figura 23 – Rodas do carro de boi que dão sustentação ao pequeno barco

Fonte: Acervo Rede de Cidadania.

A festa de São Pedro, de acordo com relatos de moradores, se iniciou a partir da iniciativa de pescadores da comunidade. Como forma de gratidão ao santo pelas dádivas recebidas, os pescadores guardavam um quinhão ou uma parte do que era pescado e entregava para a igreja, para que esta pudesse realizar uma festa em homenagem ao santo. Além dos pescadores, ainda havia um proprietário de terras na comunidade, Seu Gustavo, que cedia um carro de boi, para que a imagem do santo pudesse ser carregada. Com o passar do tempo houve a confecção de um pequeno barco para que este fosse colocado em cima do carro de boi e assim simbolizasse melhor a homenagem, visto que São Pedro é tomado como padroeiro dos pescadores.

Havia ainda a participação das crianças da comunidade, que ficavam em cima do barco vestidas de marinheiro. A ornamentação do barco era mais simples, pois era enrolado apenas com panos e, além do barco, a comunidade fazia barracas para a comercialização de comidas típicas. Para a confecção das barracas, os pescadores iam em busca de palha nas matas próximas para colocarem no teto. Na festa havia também o leilão de produtos locais, como

peixes, raízes de aipim, laranja, mexerica, boi, galinha, porco, cana, dentre outros.

Seu Demerval, dono de um Banda de Congo e antigo mestre, fez uma viagem para João Neiva com um grupo de pessoas da comunidade e comprou os instrumentos de Congo que eram usados nas festas. Os instrumentos hoje estão conservados em sua casa. Nas imagens destacadas pode-se observar que estão em perfeito estado de conservação.

Em entrevista com a família do Seu Demerval pode-se compreender diferentes momentos nos quais a banda passou e algumas cantigas que eram entoadas durante a festa. Dentre elas, cabe destaque a cantada por sua sogra durante a realização da entrevista:

“Oh rosa, rosa amarela,
Oh rosa amarela eu sou,
Eu sou a rosa amarela,
Rosa branca é meu amor.”

A comunidade possuía ainda a festa do Bumba Meu Boi, cujo principal organizador era o Seu Jovino, já falecido. Em um boi montado por uma estrutura de madeira e pano fazia-se uma dança e cantava-se a seguinte música: “brinca meu boi, é boi, brinca meu boi, é boi...”. Pouco se sabe sobre a festa, pois já não existe mais e só é possível acessar os seus rituais a partir das memórias dos mais velhos da comunidade.

VII RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA

A organização social, sob a perspectiva antropológica, leva em consideração o modo como o grupo se organiza a partir de relações baseadas em sexo/gênero, idade, parentesco, relações de trabalho, atividades recreativas e crenças (FIRTH, 1974). Os aspectos mencionados são importantes na constituição de um sistema de valores que definem padrões de comportamento a serem observados pelos membros. Este direcionamento teórico metodológico é importante para que se possa compreender os diferentes aspectos que tornam

a comunidade pesqueira de Jacaraípe organizada e quais elementos, internos e externos a ela, representam rupturas.

A comunidade pesqueira hoje é representada pela Associação de Pescadores de Jacaraípe-ASPEJ, criada no ano de 1999, que conta com o número de 460 associados, segundo informações obtidas em entrevistas realizadas na comunidade.

Em entrevistas realizadas, identificou-se que após o rompimento da barragem da Samarco Mineradora SA., em de Mariana/MG, muitos moradores e não moradores da comunidade, que não eram pescadores, pressionaram os responsáveis pela associação para que estes autorizassem o RGP, a fim de que pudessem receber a indenização paga pelas mineradoras Samarco, Vale e Billiton BHP, via Fundação Renova. Vale ressaltar que a indenização em referência é destinada aos pescadores atingidos pelos efeitos dos rejeitos de minério despejados no Rio Doce e na Costa Centro-Norte do Espírito Santo. Este fato produziu desconfiança na comunidade.

A liderança mais presente é o presidente da associação de pescadores, Sr. Manuel Bueno – Nego da Pesca. Este possui uma ampla visibilidade como liderança, em escala nacional. Participou de diversos movimentos de reivindicação de políticas públicas para a comunidade pesqueira de Jacaraípe e comunidades pesqueiras vizinhas.

Após o processo de rompimento da barragem se vinculou aos principais movimentos sociais que representam os atingidos – Movimento dos Atingidos por Barragens–MAB e Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce-FCDRD – e participou de atos públicos de protesto pelo reconhecimento dos direitos dos pescadores que sofreram perdas com os efeitos do rompimento. Além da articulação com movimentos sociais tem acesso às vias institucionais públicas.

Em trabalho de levantamento de lideranças na comunidade foram realizadas entrevistas e reuniões. As reuniões realizadas levantaram lideranças por meio de convocação entre os que estavam presentes. Nas entrevistas identificamos como potenciais líderes, os pescadores que são mais expressivos pela relação

com a pesca e com a comunidade. Após este levantamento, foi proposto que algumas novas lideranças fossem inseridas nos Grupos de Ação Cidadã-GAC, complementando as que já haviam sido selecionadas. Segue abaixo o quadro das lideranças levantadas:

- Liderança comunitária formal:
 - Manuel Bueno – Nego da pesca – Presidente da associação de pescadores;

- Lideranças comunitárias informais
 - Antônio Sérgio Vila – Pescador – membro do GAC;
 - André Luiz Gama Silva – Pescador – membro do GAC;
 - Carla – Pescadora – membro do GAC.

- Lideranças femininas:
 - Ozana Maria Rodrigues de Sá – Pescadora de Canoa – membro do GAC;
 - Maria de Lurdes Leppaus Dias – Membro do GAC;
 - Ana Lúcia dos Santos Almeida – Membro do GAC;

- Lideranças jovens:
 - Sabrina Alves Silva – Pescadora de Canoa e Marisqueira – membro do GAC;
 - Delma Pereira Coelho – Membro do GAC.

VIII REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, H. T. **Populações tradicionais**: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP; Annablume. p.109-143, 2006.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. CJ Borges, 2003.

BOTELHO, R. G. M. **Bacias Hidrográficas Urbanas**. In: GUERRA, A. J. T. (Org.) *Geomorfologia Urbana*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Brasília. 1967. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0221.htm>. Acesso em 20 de out. de 2018.

_____. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 3

ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

_____. **Estatuto da Cidade**, 10 de junho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Site: Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. *Ambient. soc.* [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134.

CAMPOS, Marília Andrade Torales; MORAIS, Josmaria Lopes de; VIEIRA, Solange Reiguel. **Técnicas participativas em um processo de construção coletiva de uma ferramenta para a educação ambiental**. *Revista Educação Ambiental em Ação*. Número 56, Ano XV. Junho-Agosto/2016, s/p. Disponível em
<http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2353>. Acesso em 26/05/2020

CTA - Serviços em Meio Ambiente e Engenharia Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental Para Implantação das Usinas Termoelétricas Escolha e Cacimbas - Linhares/ES**. Relatório Técnico, 2010.

CUNHA, S. B. **Rios Desnaturalizados**. In: BARBOSA, J.L. LIMONAD, E. Ordenamento territorial e ambiental. Niterói: Editora da UFF, 2013.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set./dez. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

_____. **Povos e Mares**: leituras em sócio antropologia marítima, Nupaub, São Paulo, 1995.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1996.

ESPÍRITO SANTO. **Shapefiles do estado do Espírito Santo**, GEOBASES. Mar. 2018 Disponível em: <<https://geobases.es.gov.br/links-para-mapas1215>> Acesso em: 12 mar. 2018.

FIRTH, Raymond. **Elements of social organization**. Londres: Watts Publicado em português em FIRTH, Raymond. 1974. *Elementos da organização social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de textos, 2008.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In. FLICK, Uwe; KARDORFF Ernst von; STEINKE, Ines (eds.), **A Companion to Qualitative Research**. Sage: Londres, 2005. pp. 178-183.

FOX, Jefferson. *et al.* O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**, IPPUR. Rio de Janeiro, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. 2. ed. Londres: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018 [1967].

GUIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]., vol. 17, no. 48. 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HARTUWIG, A. V. G. et al. **Culturas e história dos povos indígenas**. Vitória, ES : Universidade Federal do Espírito Santo, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2011.

INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural. **Programa de assistência técnica e extensão rural Proater 2011-2013**. Governo do Espírito Santo. Vitória, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arquivos Shapefile**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

_____. **Demografia e urbanização**: o Espírito Santo no censo 2010. Vitória, ES: 2011a.

_____. **IBGE Cidades**. Município de Serra. Dados populacionais. Website. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/serra/panorama>>. Acesso em: Abr 2019.

INGOLD, Tim. **Evolutionary Models in the Social Sciences**. Cultural Dynamics, 4, p. 355-378, 1991.

_____. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew C. (org.). **Evolução**: sociedade ciência e universo. Bauru: EDUSC. pp. 107-131, 2003.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernarndo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2003.

_____. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e desafios. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar**: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

NASCIMENTO, F. H. do et al. **Avaliação Visual Rápida De Rios Urbanos**: O caso do baixo curso da bacia hidrográfica do rio Reis Magos e do rio Jacaraípe, Espírito Santo. Caminhos de Geografia, v. 21, n. 73, p. 492–505-492–505, 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, pp. 200-215. 1992.

RABELO, L. R. **A pesca de camarão em Conceição da Barra, ES, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro, 2006**. Monografia (Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

RAMOS, A. L. D. et al. **Avaliação visual de rios urbanos**: metodologia e aplicação. Acta Geográfica, v. 11, n. 25, p. 159-184, 2017.

RAMOS, André Luís Demuner; COELHO, André Luiz Nascentes. **Avaliação da Fragilidade Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Jacaraípe e APA da Lagoa Jacuném, Serra – ES**. Ciência geográfica, v. XXIII, p. 296-308, 2019.

SILVA, Regina.; JABER-SILVA, Michelle. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 201-221, 2014.

SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa**. Lisboa: Inquérito, 1939.

TAKAKI, Emika; REGINENSI, Caterine. **Mapa da Memória**: Vale Encantado. 2010.
(Cartas, mapas ou similares/Mapa).

THIBAUD, Jean-Paul. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Communications**, 73,
2002. Manières d'habiter, sous la direction de Philippe Bonnin. pp. 185-201. 2.

THOMAS, William Isac; ZNANIECKI, Florian. **El Campesino Polaco en Europa y en América**. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas,
2006.

XAVIER-DA-SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental**: Aplicações.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IX APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

INTRODUÇÃO

O presente termo de referência objetiva a parametrização do levantamento de dados das comunidades pesqueiras. O relatório deverá ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa compreender a área estudada e deverá contemplar os seguintes aspectos:

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Este item tem como finalidade realizar uma caracterização geral da comunidade, incluindo: descrição da localização da comunidade em relação ao município, breve histórico de formação territorial e seu contexto de inserção. Descrição do número de pescadores cadastrados nas respectivas colônias e associações, identificação dos “pescadores de fato”, localização das moradias ou minimamente uma referência de localização - bairro, rua, ponto de referência.

Também pretende-se levantar as principais áreas de interesse na comunidade de pescadores: pontos de embarque e desembarque dos pescadores; áreas de atuação – marítimas, costeiras e terrestres – das atividades pesqueiras; locais de concentração e convívio dos pescadores em terra; localização das residências dos pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado;
- Os acessos principais e alternativos à comunidade;
- Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente;
- Endereço de residência ou referência de localização da residência.
- Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador;
- Análise *in loco*, com registro fotográfico, das áreas de embarque e desembarque pesqueiro de maior frequência e que podem ser identificadas por observação. O registro fotográfico deverá conter as referências de coordenadas geográficas – ativar função de GPS/localização da câmera ou do celular – que possibilitem a posterior marcação em um programa SIG-QGIS ou ArcGIS.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;
- Registro fotográfico;
- Dados de GPS.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de localização da comunidade contendo: limites municipais, limites das comunidades rurais, limites de bairros, limite das áreas urbanizadas, identificação das principais vias;
3. Mapa da localização de pontos de referência histórica da formação territorial da comunidade, áreas de ocorrência de eventos importantes da comunidade que contribuíram para formação da comunidade de pescadores;
4. Mapa de acesso à comunidade;
5. Mapa com a localização das residências dos pescadores;
6. Mapa das áreas de embarque e desembarque dos pescadores artesanais;
7. Mapa das áreas de atividade pesqueira - marítima, costeira e terrestre.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O item de uso e ocupação do solo tem o objetivo de analisar e caracterizar a estrutura/forma/tipo de ocupação e desenvolvimento do solo urbano e rural, no qual as comunidades se inserem. Tal análise se baseia na identificação das zonas de predominância de tipologias construtivas, considerando a estrutura da malha urbana – continuidade/descontinuidade, integração/segregação – e na identificação de áreas que apresentem algum tipo de precariedade urbana – falta de infraestrutura, tipologia construtiva das edificações.

Também é pretendido caracterizar a estrutura atual de uso e ocupação do solo, indicando as zonas de predominância de uso, predominância de gabarito – quando existir edificação destoante do entorno – núcleos de concentração de atividades não residenciais e de impacto nas atividades de pesca artesanal, indicando o perfil de tais atividades – porte, tipo, localização, existência de EIV/EIA/RIMA, etc.

Ainda nesse mesmo item se propõe a avaliação das possíveis transformações urbanísticas induzidas por fatores externos não controlados pela comunidade ou pela municipalidade – adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, dentre outras – provenientes da implantação de empreendimentos no entorno da comunidade.

Por fim, propõe-se a análise das áreas de possível valorização imobiliária e do território quanto aos conflitos com empreendimentos de naturezas diversas às comunidades de pesca artesanal.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros;
- Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo;
- Percepção do pescador quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram maior possibilidade de emprego para os

pescadores ou para a comunidade em geral, ou pescadores que enriqueceram e contrataram pescadores artesanais;

- Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas;
- Análise e mapeamento da evolução urbana por meio de imagens aéreas ao longo dos anos. As imagens serão adquiridas através das diversas plataformas disponíveis: IJSN, Geobases, Google, Incaper;
- Análise e mapeamento da estrutura da malha urbana, por meio de observação e registro fotográfico, observando os seguintes pontos: Continuidade e descontinuidade da mancha urbana;
- Áreas com predominância de precariedade - encostas de morros, margens de corpos hídricos, tipologia construtiva de má qualidade, edificações em estágios de degradação, falta de infraestrutura como água, esgoto, iluminação pública, entre outros;
- Áreas de predominância de uso não residencial - comércio, serviço, indústria -, por zonas de predominância e possíveis conflitos gerados. O levantamento do referido dado deverá ser acompanhado por registro fotográfico que comprove as zonas de predominância de uso;
- Atividades industriais ou empreendimentos de natureza geral que impactam o cotidiano da comunidade, caracterizando por porte, tipo e localização.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de zonas de predominância de uso e conflitos;
3. Mapa da estrutura da malha urbana;
4. Mapa das áreas de risco;
5. Mapas de ocupação informal e precárias;
6. Mapa de percepção ambiental com a definição dos percursos, nós e marcos indicados pelos pescadores;
7. Mapa de áreas de valorização imobiliária e conflitos;
8. Mapa de conflitos entre comunidade pesqueira e empreendimentos de natureza geral.

QUALIDADE AMBIENTAL

O item de qualidade ambiental tem o objetivo de avaliar a qualidade das áreas ambientais dentro e no entorno da comunidade de pescadores, considerando os aspectos físicos do relevo, hidrografia, vegetação e solo e também das transformações na paisagem, responsáveis por alterar as formas e processos dos elementos naturais.

Também pretende-se caracterizar as áreas ambientais sensíveis no entorno da comunidade, assim como as áreas de preservação – Reservas Ecológicas, APAs, UCs, etc. – e os impactos que estas vêm sofrendo ao longo do tempo.

Por fim, pretende-se comparar as áreas ambientais previstas no PDM do município e no mapeamento do uso do solo disponível no IJSN – caso a primeira não esteja disponível ou acessível – com o atual estado dessas áreas, avaliando se ocorreu a preservação das mesmas ou não.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação dos pescadores de como as áreas ambientais eram em relação a como estão hoje;
- Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos;
- Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores;
- Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais;
- Análise da base de dados oficial identificando quais áreas ambientais estão mapeadas para verificação de correspondência em campo;
- Áreas ambientais mapeadas em PDM, base cartográfica do IJSN.

Evidências Coletadas:

- Entrevistas com pescadores;
- Fotografias das áreas ambientais;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório contendo os dados levantados referentes aos itens em questão;
2. Mapeamento das áreas de fragilidade ambiental no entorno da comunidade;
3. Mapeamento dos recursos hídricos de pequeno porte não identificados na base oficial;
4. Levantamento de dados para o Mapa socioambiental - Mapa síntese com os desenhos que os pescadores fizeram no campo – mapa participativo.

MOBILIDADE URBANA

O item que trata sobre a mobilidade urbana das comunidades tradicionais objetiva a caracterização da infraestrutura viária da localidade, por meio da descrição das principais vias de acesso – arteriais e coletoras – da intensidade de fluxos, dos principais meios de transporte da comunidade, pontos de ônibus e transporte coletivo, da identificação dos principais fluxos de deslocamento viário – trabalho e residência – e condições de infraestrutura das calçadas.

Através da análise e caracterização das infraestruturas de mobilidade urbana, pode-se entender o padrão de vida da comunidade e em qual contexto socioeconômico a mesma se insere. As relações entre os deslocamentos, pontos de parada e principais rotas de passagem, podem demonstrar a dinâmica local da comunidade pesqueira e como essa se dá no território.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.;
- Indicação dos principais meios de transportes utilizados para locomoção cotidiana;
- Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho;
- Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?

- Análise e mapeamento das condições de infraestrutura das calçadas segundo as normas vigentes (NBR 9050/2015).

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de Hierarquia viária;
3. Mapa de pontos de parada de transporte coletivo;
4. Mapa de Intensidade de fluxos - Carros, motos, bicicletas e pedestres;
5. Mapas de conflitos entre mobilidade e escoamento de produção da cadeia produtiva da pesca - localização da fábrica de gelo.

MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Coleta preliminar de informações cartográficas com os pescadores para criar um banco de dados para o mapeamento participativo com pescadores: mapa socioambiental e mapa social. A metodologia está alinhada com as entrevistas semiestruturadas que serão realizadas pelo grupo sócio-antropológico, juntamente com o material de base cartográfica para que os próprios entrevistados possam representar espacialmente os seguintes itens:

Atividades extrativistas;
Manuseio de plantas;
Relações afetivas;
Conflitos Ambientais;
Circulação, trilhas e trajetos.

Também será realizado um mapeamento dos pontos de referência visuais utilizados por pescadores tradicionais para sua localização no mar. Para tal, o mapeamento envolverá: Elaboração de polígono com os nomes dos mares e o nome dos pontos de referência na paisagem terrestre - morros. A metodologia deve ser aplicada às comunidades da Grande Vitória e Aracruz. Nas demais comunidades, deve ser verificado se há uma forma semelhante de referência espacial.

Serão identificadas outras formas de localização do ponto em que o pescador se encontra durante a pesca, como localizar os corais – cascalhos - e áreas mais profundas, a partir do uso de pesos em linhas, por exemplo, quando o tempo está “fechado” e somente a referência visual não basta para identificar sua localização.

Também serão realizados mapas síntese das informações de todas as comunidades, apresentando as características comuns entre elas e no que elas diferem, como a quantidade total de pescadores; percentual de pescadores em relação à população total do município; quantidade de embarcações, etc. Esses mapas serão produzidos *a posteriori* quando as informações de campo forem sintetizadas.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Registros dos itens supracitados, cartografados pelos pescadores, referentes à cartografia socioambiental;

- Utilização de mapa-base para que o próprio pescador possa fazer as representações no território;
- Registro da fala dos pescadores, indicando elementos importantes que possam ser espacialmente georreferenciados, mas que envolvem outra escala de abrangência.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório descritivo contendo os dados coletados, juntamente com os mapas anexados com a contribuição dos pescadores;
2. Mapa de localização dos mares;
3. Registro fotográfico de instrumentos utilizados para localização no mar;
4. Registro do nome dos morros e seus alinhamentos;
5. Mapa socioambiental - trabalhado *a posteriori* em ambiente SIG;
 - 5.1. Áreas de pesca;
 - 5.2. Áreas de conflito;
 - 5.3. Referências de localização dos mares;
- 5.4. Demais informações relatadas pelos pescadores que se distribuem espacialmente no território.

EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

O item objetiva a caracterização dos equipamentos urbanos e áreas de uso da comunidade, bem como a indicação das condições de infraestrutura dos equipamentos e áreas de sociabilidade, sua localização e horários de uso predominantes. Também deve indicar quais são os espaços de lazer formais e informais.

Realiza a análise das condições de infraestrutura urbana básica, como: abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de coleta e tratamento de esgoto e rede de drenagem pluvial.

Levanta/atualiza as condições em que os PCAPs implantados nas comunidades se encontram, informando sua localização, estado de funcionamento, degradação, entre outros.

O item deve destacar/levantar quais patrimônios históricos apresentam maior relevância para comunidade de pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Identificação, em mapa, dos locais de socialização ou/e atividades sociais da comunidade;
- Informações sobre horários predominantes de uso dos equipamentos;
- Identificação da frequência de utilização dos equipamentos;
- Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;

- Registro fotográfico.

Produtos:

- Relatório contendo a descrição dos dados levantados referentes ao item em questão;
- Mapa de equipamentos urbanos – UPAs, Escolas, CRAS, Projeto Tamar, Associações, Prefeituras, entre outros;
- Mapa das áreas de sociabilidade, espaços de lazer;
- Mapa de patrimônio histórico;
- Mapa de infraestrutura - água, energia, telecomunicações, esgoto, drenagem, entre outros.

ITENS PARA O DIRECIONAMENTO DA PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA

- Levantamento de lideranças formais, feminina e jovem;
- Levantamento das relações sociopolíticas das comunidades;
- Levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social;
- Levantamento das relações socioambientais;
- Levantamento de atividades culturais;
- Levantamento de conflitos socioambientais;
- Levantamento de órgãos de interesse da comunidade;
- Levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade;
- Levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental;
- Método: Conversas com pescadores e familiares de pescadores e realização de entrevistas semiabertas.

Pontos norteadores das entrevistas:

SOCIOECONOMIA

- Ocupação – Emprego;
- Características familiares;
- Turismo;
- Atividades econômicas;
- Setores econômicos;
- Renda;
- Educação;
- Saúde;
- Perfil da Comunidade Pesqueira.

POLÍTICAS SOCIAIS

- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;
- Geração de emprego e renda;
- Mulher;
- Racial;
- Quilombola;

- Populações e territórios tradicionais;
- Criança e Juventude;
- Turismo;
- Cultura;
- Esporte e Lazer.

CULTURA:

- Festividades;
- Música;
- Religiosidade;
- Tradição oral;
- Ritos, rituais e lendas;
- Iconografia;
- Identidade;
- Práticas cotidianas.

RELAÇÕES SÓCIO POLÍTICAS:

- Lideranças comunitárias formais;
- Lideranças comunitárias informais;
- Lideranças femininas;
- Lideranças jovens;
- Cadeias de reputação;
- Relações de Parentesco;
- Relações institucionais;
- Mobilização coletiva;
- Conflitos sociopolíticos.

RELAÇÕES DE TRABALHO:

- Divisão sexual do trabalho;
- Infância e juventude;
- Trajetória profissional;
- Horizonte de oportunidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL:

- Parentesco;
- Pertencimento;
- Memória.

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:

- Atividades extrativistas;
- Manuseio de plantas;
- Relações afetivas;
- Conflitos.

GÊNERO:

- Divisão Sexual do Trabalho;
- Relações Familiares e de gênero;
- Violências;
- Papeis sociais e sua divisão;
- Conflitos de gênero.

MULHERES:

- Poder de decisão;
- Participação religiosa;
- Educação.

FAMÍLIA:

- Estado civil;
- Profissão do marido/esposa;
- Prole;
- Renda:
- Participação na renda familiar;
- Quantas pessoas na família contribuem com a renda familiar.

TRABALHO:

- Início na atividade;
- Tipo;
- Atribuição na atividade;
- Trabalhos além da atividade;
- Relações entre pares;
- Nível de satisfação com o que faz.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

- Participação na associação de pescadores - tomada de decisões;
- Ocupação de cargos na colônia ou associação de pescadores;
- Pertencimento a partido político, grupos religiosos, associação de moradores etc.

DIREITOS RELACIONADOS À PROFISSÃO:

- Seguro defeso;
- Aposentadoria.

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- Socialização;
- Violências;
- Educação;
- Cultura e lazer;
- Religião;
- Perspectiva de futuro;
- Espaços de sociabilidade.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES

1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

1.1 - O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado.

Pergunta:

O senhor poderia falar um pouco sobre a história de como começou a comunidade. Quem foram os primeiros a chegar, onde começaram a morar/construir suas casas?

1.2 - Os acessos principais e alternativos à comunidade.

O acesso à comunidade é só pela rodovia ou tem algum caminho diferente que se consegue chegar até aqui?

1.3 - Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente.

Antigamente existia cerca de quantos pescadores aqui na comunidade? E hoje, quantos pescam?

1.4 - Endereço de residência ou referência de localização da residência.

O(a) senhor(ra) poderia nos dar seu endereço?

1.5 - Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador.

O desembarque do pescado é feito onde? Poderia mostrar aqui no mapa onde se encontram os locais de embarque e desembarque? Onde ficam atracados os barcos?

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

2.1 - Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros.

Existe alguma empresa aqui por perto? Indústria, pesca industrial, Petrobras com plataformas de petróleo no mar? Esses empreendimentos mudaram a vida do(a) senhor(a)? Trouxeram alguma transformação depois que se instalaram? Como é pesca com estas empresas aqui?

2.2 - Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo.

Como era a comunidade quando o senhor(a) começou a pescar e como é hoje? Como está a comunidade/pescadores e familiares hoje?

2.3 - Percepção do(a) pescador(a) quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram mais oportunidades de trabalho para os pescadores ou para a comunidade em geral.

Existem muitos empregos para os pescadores e familiares na região? Como que está o emprego na região?

2.4 - Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas.

Quais lugares aqui da região o senhor acha importante para os pescadores? Existe alguma paisagem que é importante para os pescadores? Quais lugares o senhor costuma parar e ficar um tempo?

2.5 - Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.

Qual a rota que o senhor costuma fazer durante a semana? Da sua casa até ir para o mar? Poderia me mostrar aqui no mapa?

2.6 - Indicação dos principais meios de transporte utilizados para locomoção cotidiana.

E o senhor usa que tipo de transporte para se locomover? Ônibus, moto, carro, bicicleta?

2.7 - Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho.

Quanto tempo o senhor leva da sua casa até o trabalho? O que o senhor pensa sobre a distância entre sua casa e o local de trabalho?

2.8 - Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?

O que o senhor acha da qualidade dos ônibus, dos pontos de ônibus e das ruas? O que o senhor gostaria que mudasse? Quais os horários dos ônibus que passam aqui? Eles passam no horário?

3. EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

3.1 - Identificação, em mapa, dos locais de socialização e/ou atividades sociais da comunidade.

O senhor usa (nome do equipamento em questão nas proximidades)? E outras pessoas, o senhor vê por aqui? É um local de movimento? Como é durante a noite?

3.2 - Informações sobre horários de uso predominante dos equipamentos.

Qual o horário que o senhor percebe em que as pessoas mais utilizam (nome do equipamento em questão nas proximidades)

3.3 - Identificação da frequência de utilização dos equipamentos.

Qual a frequência de utilização deste equipamento? O senhor vem frequentemente? E quanto a outras pessoas?

3.4 - Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

O (Falar o nome do PCAP: exemplo: fábrica de gelo...) atende bem as necessidades da comunidade de pescadores? Como está a qualidade da instalação? E a localização? Poderia nos falar o que o PCAP trouxe de bom para comunidade? O que não trouxe?

4. QUALIDADE AMBIENTAL

4.1 - Indicação dos pescadores de como eram as áreas ambientais em relação a como estão hoje.

Como era a vegetação aqui na comunidade há X anos atrás?

4.2 - Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos.

Quais foram as mudanças que aconteceram com as áreas ambientais? A restinga e o manguezal iam até onde?

4.3 - Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores.

Essas mudanças (colocar o que o pescador respondeu na outra pergunta) alteraram a rotina de vocês? Quais foram as consequências (dessas mudanças)?

4.4 - Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais.

Qual (empresa, instituição, pessoa, grupo) foi responsável por causar esse impacto?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****“Projeto Redes de Cidadania”****Responsáveis pela pesquisa: Viviane Mozine Rodrigues e Augusto Cesar Salomão Rodrigues.****“Universidade de Vila Velha”**

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura mobilizar, organizar e integrar as comunidades de pescadores e marisqueiras artesanais do centro-norte capixaba dando formação e fortalecendo as ações nos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: entrevista com foco em questões sócio antropológicas, socioambientais e urbano territoriais relacionadas as comunidades de pesca artesanal da região e da própria região em si.

Os riscos envolvidos com sua participação são: a divulgação de informações com base nas gravações, entrevistas e fotografias. Tais riscos serão minimizados através das seguintes providências: sigilo da identidade das fontes das quais as informações foram adquiridas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as comunidades de pesca artesanal e quais suas necessidades.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do projeto Redes de Cidadania com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Viviane Mozine Rodrigues, Rua Henrique Moscoso, 368 – Praia da Costa Vila Velha – ES, 29.101-330, telefone (27) 99248-9654, e-mail vmozine@uvv.br.

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: CEP@uvv.br.

Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa do Projeto Redes de Cidadania, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Participante (ou Responsável): (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador responsável: (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador Participante (assinatura, nome e CPF)

*A assinatura do voluntário não pode ser aposta em papel à parte do corpo do TCLE.
O TCLE é um documento único e deve ser sempre apresentado integralmente. Nunca o presente inserido como parte de outro texto ou apenas parte do mesmo.
O TCLE deve estar assinado por todos os pesquisadores.
Nas pesquisas em que participantes estejam impossibilitados de escreverem assinarem o nome, é necessário ter o espaço para a aposição da digital como assinatura no TCLE.*